

# Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no HABEAS CORPUS Nº 498.580 - SP (2019/0073070-0)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**EMBARGANTE : DAVID BARBOSA (PRESO)**  
**ADVOGADO : CARLOS ANTÔNIO DOS SANTOS - SP367405**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por **DAVID BARBOSA**, em face da decisão proferida por esta relatoria às 74-81, que não conheceu do **habeas corpus**.

Insurge-se o embargante alegando, em síntese, a existência de contradição na decisão embargada.

Ao final, requer o acolhimento dos embargos *"para o fim específico de regularizar a contrariedade e conflitos existentes no contexto do respectivo acórdão, conforme apontado acima, e concedendo de ofício a ordem pleiteada"* (fl. 93).

**É o relatório.**

**Decido.**

Os presentes embargos de declaração não merecem ser conhecidos, porquanto são **intempestivos**.

Segundo dispõe o art. 619 do Código de Processo Penal, *"poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de **dois dias** contados da sua publicação, quando houver na sentença ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão."* (grifei).

No caso, a decisão que não conheceu do **habeas corpus** foi publicada em **30/9/2019** (segunda-feira – fl. 82). O prazo para oposição dos embargos de declaração teve início em **1/10/2019** (terça-feira) e expirou no dia **2/10/2019** (quarta-feira). Entretanto, os embargos declaratórios foram opostos

tão somente em **4/10/2019** (fl. 94), sendo, portanto, manifestamente intempestivos.

Importante destacar, por fim, que o prazo para oposição de embargos de declaração no processo penal não sofreu qualquer interferência com o advento do Novo Código de Processo Civil, pois possui disciplina própria, conforme vem decidindo esta Corte de Justiça:

Nesse sentido:

*"PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO HABEAS CORPUS. INTERPOSIÇÃO FORA DO PRAZO LEGAL. DOIS DIAS. ARTS. 619 DO CPP E 263 DO RISTJ. INTEMPESTIVIDADE. AUSÊNCIA DE INTERFERÊNCIA DO NOVO CPC. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.*

*1. Nos termos dos arts. 263 do RISTJ e 619 do Código de Processo Penal, "aos acórdãos proferidos pelos Tribunais de Apelação, câmaras ou turmas, poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de dois dias contados da sua publicação, quando houver na sentença ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão". Assim sendo, os embargos de declaração, em matéria criminal, que não forem opostos no prazo de dois dias serão intempestivos, como ocorreu no caso.*

*2. O início da vigência do Novo Código de Processo Civil não interferiu no prazo dos embargos de declaração no processo penal, visto que possui disciplina própria no âmbito penal.*

*3. Embargos de declaração não conhecidos." (EDcl no HC 360.123/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe 09/11/2016).*

*"PENAL E PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. 1. ACLARATÓRIOS INTEMPESTIVOS. PRAZO REGULADO PELO CPP. ART. 263 DO RISTJ, C/C O ART. 619 DO CPP. NÃO INTERFERÊNCIA DO NOVO CPC. 2. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.*

*1. Embargos de declaração intempestivos, porquanto opostos após o prazo de 2 (dois) dias, conforme disciplina o art. 263 do RISTJ, c/c o art. 619 do CPP. O prazo para oposição de aclaratórios no processo penal possui disciplina própria, não sendo necessária a aplicação analógica*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*do processo civil, razão pela qual a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil não repercutiu no prazo dos embargos em processo penal.*

**2. Aclaratórios não conhecidos."** (EDcl no RHC 64.218/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe 01/06/2016.)

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XVIII, do RISTJ, **não conheço** dos embargos de declaração.

P. I.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

**MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator